

**MICROCRÉDITO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS TOMADORES DE CRÉDITO: ESTUDO DE CASO DA KIXICRÉDITO S.A – AGÊNCIA CABINDA****MICROCREDIT AND IMPROVEMENT OF THE QUALITY OF LIFE OF BORROWERS: A CASE STUDY OF KIXICREDIT S.A. – CABINDA BRANCH****MICROCRÉDITO Y MEJORA DE LA CALIDAD DE VIDA DE LOS PRESTATARIOS: ESTUDIO DE CASO DE KIXICREDIT S.A. – SUCURSAL CABINDA**Estevão Ngoma Custódio Mango¹, André Nduli Luemba²

e757893

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i5.7893>

PUBLICADO: 05/2026

RESUMO

O microcrédito tem-se afirmado como um dos instrumentos mais relevantes para a promoção do desenvolvimento económico e social das camadas mais desfavorecidas, especialmente em contextos onde o acesso ao crédito convencional é limitado. O presente artigo analisa o contributo do microcrédito concedido pela Kixicrédito S.A., agência de Cabinda, na melhoria da qualidade de vida dos seus tomadores de crédito. Para o desenvolvimento deste estudo, levantou-se o seguinte problema científico: de que forma o microcrédito concedido pela Kixicrédito S.A., agência de Cabinda, contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus tomadores de crédito? Mediante o problema levantado, admitiu-se como hipótese que o microcrédito concedido pela Kixicrédito - Agência Cabinda contribui positivamente na qualidade de vida dos seus clientes ao gerar melhorias significativas nos indicadores económicos e sociais dos tomadores de crédito. Para validar ou refutar a hipótese depreendida, utilizou-se o método hipotético-dedutivo e o estatístico. Tendo em conta o perfil dos indagados, utilizou-se como técnicas, a entrevista estruturada e análise documental. Após a análise de dados e interpretação dos resultados, chegou-se à conclusão que o microcrédito não elimina completamente as vulnerabilidades socioeconômicas mas exerce um impacto significativo na qualidade de vida dos tomadores de crédito em dimensões como alimentação, habitação e acesso à educação. Mediante isto, considerou-se válida e verificada a hipótese formulada.

PALAVRAS-CHAVE: Microcrédito. Qualidade de vida. Desenvolvimento Local. Cabinda.**ABSTRACT**

Microcredit has established itself as one of the most relevant instruments for promoting the economic and social development of the most disadvantaged segments of the population, especially in contexts where access to conventional credit is limited. This article analyzes the contribution of microcredit granted by Kixicrédito S.A., Cabinda branch, to improving the quality of life of its borrowers. To develop this study, the following scientific problem was raised: how does microcredit granted by Kixicrédito S.A., Cabinda branch, contribute to improving the quality of life of its borrowers? Based on the problem raised, it was hypothesized that microcredit granted by Kixicrédito - Cabinda Branch has a positive contribution on the quality of life of its clients by generating significant improvements in the economic and social indicators of borrowers. To validate or refute the hypothesis, the hypothetical-deductive and statistical methods were used.

¹ Licenciado em Economia pela Universidade Onze de Novembro (UON), Cabinda – Angola. Professor de Introdução à Economia e Empreendedorismo no Complexo Escolar Privado Mapumar e Oficial de Crédito pela Kixicrédito S.A – Agência Cabinda.

² Mestre em Administração e Desenvolvimento Local pela Faculdade de Economia da Universidade Onze de Novembro (UON), Cabinda – Angola. Docente de Economia Monetária e Financeira da Faculdade de Economia da UON.



Considering the profile of the respondents, structured interviews and document analysis were used as techniques. After data analysis and interpretation of the results, it was concluded that microcredit does not completely eliminate socioeconomic vulnerabilities but has a significant impact on the quality of life of borrowers in dimensions such as food, housing, and access to education. Therefore, the formulated hypothesis was considered valid and verified.

KEYWORDS: *Microcredit. Quality of Life. Local Development. Cabinda.*

RESUMEN

El microcrédito se ha consolidado como uno de los instrumentos más relevantes para promover el desarrollo económico y social de los segmentos más desfavorecidos de la población, especialmente en contextos donde el acceso al crédito convencional es limitado. Este artículo analiza la contribución del microcrédito otorgado por Kixicrédito S.A., sucursal Cabinda, a la mejora de la calidad de vida de sus prestatarios. Para desarrollar este estudio, se planteó el siguiente problema científico: ¿cómo contribuye el microcrédito otorgado por Kixicrédito S.A., sucursal Cabinda, a la mejora de la calidad de vida de sus prestatarios? Con base en el problema planteado, se hipotetizó que el microcrédito otorgado por Kixicrédito - Sucursal Cabinda tiene una contribución positiva en la calidad de vida de sus clientes al generar mejoras significativas en los indicadores económicos y sociales de los prestatarios. Para validar o refutar la hipótesis, se utilizaron métodos hipotético-deductivos y estadísticos. Considerando el perfil de los encuestados, se emplearon entrevistas estructuradas y análisis documental como técnicas. Tras el análisis de datos y la interpretación de los resultados, se concluyó que el microcrédito no elimina por completo las vulnerabilidades socioeconómicas, pero tiene un impacto significativo en la calidad de vida de los prestatarios en aspectos como la alimentación, la vivienda y el acceso a la educación. Por lo tanto, la hipótesis formulada se consideró válida y se verificó.

PALABRAS CLAVE: *Microcrédito. Calidad de vida. Desarrollo local. Cabinda.*

INTRODUÇÃO

Experiências no mundo inteiro demonstram que o acesso ao crédito por atividades formais e informais, promove o fortalecimento econômico dos empreendimentos e propicia a melhoria da qualidade de vida. No entanto, as dificuldades de comprovar a renda e as garantias solicitadas inibem o acesso ao crédito tradicional pela maioria das atividades informais e microempresas.

Neste contexto, o microcrédito surge como um importante mecanismo para a inclusão financeira e, conseqüentemente, para o fortalecimento das capacidades econômicas dos indivíduos e melhoria da qualidade de vida das populações, especialmente os de baixa renda.

Em Angola, o microcrédito tem sido incorporado nas políticas públicas de diversificação econômica, combate à pobreza e incentivo ao empreendedorismo, destacando-se o papel da Kixicrédito S.A., instituição financeira não bancária especializada em microfinanças que tem desempenhado papel de relevo ao financiar pequenos negócios em diversas províncias do país.



A agência de Cabinda, em particular, com 16 anos de atividade, constitui um caso pertinente de estudo devido à sua atuação prolongada no mercado. Ao longo desse período a instituição tem financiado diversas actividades comerciais com destaque aos pequenos empreendedores quer seja formais como informais. Todavia, permanece a necessidade de compreender em que medida os serviços prestados pela Kixicrédito têm efetivamente contribuído para a melhoria das condições de vida dos seus clientes. Diante dessa lacuna, levantou-se a seguinte questão: de que forma o microcrédito concedido pela Kixicrédito S.A., agência de Cabinda, contribui para a melhoria da qualidade de vida dos tomadores de crédito? Como forma de responder à questão levantada, estabeleceu-se a seguinte hipótese: o microcrédito concedido pela Kixicrédito – Agência Cabinda contribui positivamente na qualidade de vida dos seus clientes ao gerar melhorias significativas nos indicadores económicos e sociais dos tomadores de crédito.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, definiu-se como objetivo geral: analisar o contributo do microcrédito concedido pela Kixicrédito – Agência Cabinda na melhoria da qualidade de vida dos tomadores de crédito. E, para se operacionalizar o referido objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Identificar o perfil socioeconómico dos tomadores de crédito da Kixicrédito – Agência Cabinda e; aferir as mudanças nas condições de vida dos tomadores de crédito após o acesso ao microcrédito.

Portanto, para materialização dos objetivos propostos, o presente artigo encontra-se estruturado em três partes, para além da introdução: a primeira parte apresenta os conceitos fundamentais de microcrédito e qualidade de vida; a segunda descreve a metodologia aplicada; e a terceira contempla a caracterização da instituição estudada, culminando com a análise dos resultados obtidos junto dos tomadores de crédito.

1. BASE TEÓRICA

O tema a ser abordado é de elevada importância e tem sido alvo de análises até ao momento de várias organizações. Em razão disso, tornou-se necessário fazer uma revisão da literatura para melhor compreensão de conceitos como microcrédito e qualidade de vida.

1.1. Panorama global sobre o microcrédito

Embora a palavra seja recente na doutrina financeira formal, Santos (2014) destaca que a prática de microcrédito informal não é recente. Na visão deste autor, as origens estão enraizadas na Babilónia há muitos séculos. De forma divergente, Costa (2016) destaca que os primeiros registos de operações de crédito remontam à Grécia antiga, que herdou a técnica



bancária aplicada pelos povos do Mediterrâneo. Segundo Ventura (2008), em Roma, o empréstimo era realizado por banqueiros denominados banqueiros argenti. Para este autor, foi em Roma que se estabeleceu a base de crédito mediante as leis que, através da legislação de Justiniano, até aos dias de hoje, se fundamentavam os institutos de crédito.

Entretanto, em tempos atuais, uma das práticas mais expandidas do microcrédito e micropoupança é o ROSCA³ – *Rotating Savings and Credit Association*. Segundo o Research Report (2015) este fenómeno encontra várias designações pelo mundo, tais como o "susus" do Gana, "chit funds" da Índia, "tandas" do México, "arisan" da Indonésia, "cheetu" do Sri Lanka, "tontines" do Oriente de África, "pasanaku" da Bolívia, "xitike" de Moçambique e "kixikila" de Angola.

Porém, é importante destacar que a experiência de microcrédito mais reconhecida mundialmente foi desenvolvida no Bangladesh na instituição Grameen Bank fundada por Muhammad Yunus. A ideia nasceu no ano de 1976, quando ele percebeu a comunidade, nos subúrbios da universidade onde lecionava, estavam em situação de miséria, desenvolvendo, no entanto, alguma atividade produtiva, pois eram dependentes de empréstimo do "mercado negro", que levavam praticamente todo o lucro obtido (Moraes *et al.*, 2008). O público-alvo do Grameen Bank era composto pelas pessoas mais desfavorecidas das aldeias rurais do Bangladesh. Com estes empréstimos, estas começaram a expandir e a iniciar uma atividade produtiva. Estudos independentes destacam que, no espaço de dez anos, o Grameen conseguiu tirar da pobreza um terço dos indivíduos a quem emprestou dinheiro e retirar outro terço do limiar da pobreza (Yunus, 2000), tal informação deixa claro que esta iniciativa promoveu um impacto na economia local.

Estudos recentes como o Mahedi *et al.*, (2025) confirmam essa premissa ao destacarem o microcrédito como um dos pilares do combate à pobreza e de inclusão financeira. No entender destes autores, o microcrédito é uma atividade que consiste na concessão de pequenos empréstimos às pessoas, especialmente mulheres, que não estão incluídas no sistema financeiro formal.

Em consonância com o autor acima, a Conferência Internacional sobre Microcrédito, em Washington, DC, 2-4 Fevereiro de 1997 (Microcredit Summit, 1997), definiu o microcrédito como um programa de concessão de pequenos empréstimos aos mais necessitados entre os mais pobres, para que possam iniciar pequenos negócios que geram rendimento, com os quais possam melhorar o padrão de vida e qualidade de vida dos seus habitantes.

³ Rosca: consiste num grupo de pessoas que realizam uma contribuição em períodos de tempo iguais, durante os quais alocam os valores reunidos, rotativamente para cada uma das pessoas envolvidas no grupo, (Santos,2014).



Para Yunus (2007), o microcrédito é um serviço financeiro rentável, com prazos curtos, garantia, taxas de juros reais e pagamento dos custos do serviço, a que por vezes são agregados outros serviços.

Neste diapasão, o microcrédito constitui a provisão de serviços financeiros, incluindo poupanças e crédito e eventualmente outros serviços financeiros, tais como serviços de pagamento, seguros para pessoas de baixa renda e que trabalham por conta própria.

Diante do acima exposto, pode-se compreender o microcrédito como um empréstimo de pequeno valor, geralmente concedido a pessoas de baixa renda, pequenos empreendedores ou trabalhadores informais que não têm acesso fácil ao crédito tradicional oferecido pelos bancos.

1.1.1. Natureza do microcrédito

Com a expansão do microcrédito a nível mundial, foram sendo criados diferentes tipos de microcrédito, por forma a se adaptar aos diferentes contextos e populações. Por esse motivo, existem muitos tipos de programas de microcréditos, cada um com as suas particularidades. Muitos autores classificam o microcrédito de forma diferente e utilizam terminologia variada, sendo difícil encontrar uma categorização universal.

Posto isto, Santos (2014) defende que o microcrédito não é apenas aquele praticado nas instituições bancárias ou não bancárias formais. Seguindo esta tese, neste artigo, procurou-se apresentar algum entendimento sobre a coexistência dos diferentes setores de microcrédito. Conforme argumenta Hao (2005), o sistema de microcrédito pode ser dividido em três setores: setor formal, setor semi-formal e informal.

a) Microcrédito Informal

O setor informal do microcrédito é anterior ao setor formal, pois é milenar, como pudemos ver na breve descrição histórica. Pois, o informalismo do microcrédito funda-se na necessidade das pessoas terem acesso financeiro imediato para resolver situações emergentes de pequena dimensão, garantido pelas relações de convivência na comunidade, entre amigos e familiares, excluindo quaisquer procedimentos formais, e sem necessidade de garantias materiais ou colaterais, (Santos, 2014).

Para o autor acima, o setor informal objetiva várias áreas tais como: o financiamento de famílias e pequenos negócios em diferentes proporções e localidades. O mercado financeiro informal é ubíquo e na maioria dos casos é caracterizado por relações pessoais, operadores individuais, fácil acesso, procedimentos simples, transações rápidas e condições de empréstimo e montantes flexíveis. As formas típicas desse setor inclui: as ROSCAS, nas quais os membros poupam e emprestam; credores profissionais individuais; comerciantes de vários



produtos; negociantes, empregadores e proprietários de imóveis. Este setor inclui também os amigos, familiares e vizinhos de quem se pode obter empréstimo, geralmente em situações especiais ou de emergência.

Na maioria dos casos, existe uma relação mutuária direta entre o que solicita o empréstimo e aquele que o cede, dispensando intermediários ou formalismos. Fundado na confiança entre as partes, não são relevantes nem exigida documentação ou outras formas de identificação ou garantias formais. O microcrédito informal caracteriza-se como um ciclo rigorosamente fechado sendo o acesso ao mesmo garantido pela confiança entre o mutuante e mutuário, assim como por outros valores morais e sociais da pessoa. Embora não exista grande exigibilidade formalística, existe, entretanto, um acompanhamento constante e interessado do mutuante, sobre o destino a dar aos valores cedidos, o que resulta num alto nível de eficácia e de eficiência do processo, garantindo igualmente o retorno efectivo dos valores emprestados.

Dessa forma, o empréstimo no setor informal resume-se em três momentos apenas, sendo o da solicitação, o do empréstimo e o do pagamento, podendo ser com ou sem juros, dependentemente da fonte.

b) Microcrédito semi-formal

O setor semi-formal do microcrédito compreende instituições financeiras de desenvolvimento comunitário tais como: Cooperativas de crédito e uniões, bancos da aldeia, associações de camponeses, grupos de auto-ajuda, programas de desenvolvimento rural integrados, e ONG financeiras. Este setor não carece de licenciamento e geralmente não é supervisionado, entretanto, podem operar sob regulação específica, (Hao, 2005). Geralmente essas instituições não estão autorizadas a receber poupanças dos seus clientes. Podem ser mencionadas como instituições de microcrédito semi-formal as seguintes: Cooperativas de crédito e uniões, Bancos da aldeia, Associações de camponeses, Grupos de auto-ajuda, Programas de desenvolvimento rural integrados, ONG financeiras.

C) Microcrédito formal

Entende-se por microcrédito formal a cedência de créditos de pequenos montantes através de instituições formais, sejam elas bancárias ou não bancárias. Para Hao (2005) e Santos (2014), as instituições financeiras bancárias ou não bancárias apresentam o microcrédito como um produto financeiro, geralmente induzido por subvenções estatais para garantir maior acesso da população, fazendo parte de programas sociais do governo. Em razão disso, o microcrédito formal posiciona-se com o ciclo aberto, sendo que existe uma grande exigibilidade processual *ex ante* por parte das instituições financeiras bancárias, verificando-se uma redução



ou mesmo ausência de acompanhamento após a cedência do crédito, o que muitas vezes resulta na ineficácia e falta de efetividade do processo.

Assim, neste artigo, a instituição em estudo apesar de praticar o microcrédito formal também apresenta algumas características do setor informal, possibilitando olhar com maior abrangência para as abordagens e operacionalização do microcrédito na referida instituição.

1.1.2. Funcionalidade do microcrédito

As instituições de microcrédito funcionam como uma importante ferramenta para a estratégia de erradicação da pobreza nos países em via de desenvolvimento. Para Yunus (2008) o principal objetivo do microcrédito é a erradicação da pobreza e da exclusão social. De acordo com Psico (2007) são objetivos destas instituições:

1. Servir um número crescente de pessoas pobres e excluídas, de uma forma contínua e sustentável, tanto pela sua abrangência como pela profundidade de alcance;
2. Melhorar a qualidade e a adequação dos produtos e serviços financeiros, tendo em conta o público-alvo, realizando, para tal, avaliações sistemáticas e contínuas das necessidades específicas;
3. Criar benefícios para os clientes e para as famílias, de modo a reforçar os seus rendimentos e os laços sociais das comunidades, com finalidade de criar ativos, de reduzir situações de vulnerabilidade, satisfazendo sempre as necessidades básicas dos clientes e das suas comunidades e;
4. Melhorar a responsabilidade social da instituição relativamente aos seus empregados e às suas comunidades.

Diante desta realidade, o microcrédito é, então, um instrumento essencial de desenvolvimento, sendo que, através de pequenos empréstimos, muitas vezes valores insignificantes melhoraram as condições socioeconómicas, com inquestionável benefício para as comunidades onde se encontram inseridas.

Assim, o microcrédito tem como finalidade e como missão a criação de, pelo menos, um posto de trabalho associado a cada empréstimo, podendo ser acrescentando mais um posto de trabalho (geralmente um familiar). Portanto, a luta contra a pobreza e a exclusão social e económica exige um acompanhamento especializado.

1.1.3. Metodologia do Microcrédito

A metodologia define a tipologia do crédito a ser cedido. No estudo conduzido Barone *et al.*, (2002), listam alguns princípios que orientam a metodologia do microcrédito:



1. *O do crédito produtivo*, que tem como finalidade fomentar os pequenos negócios, criados por pessoas de baixos rendimentos, e que não se destinem ao financiamento do consumo;
2. *O da ausência de garantias reais do público-alvo do microcrédito*, onde foram criadas alternativas para a concessão do financiamento, como por exemplo o aval solidário que consiste na junção de três a cinco pessoas com pequenos negócios para a formação do Grupo Solidário, assumindo cumulativamente todas as responsabilidades do microcrédito ou, a apresentação de um fiador que possui critérios da instituição que irá fornecer o financiamento;
3. *O do crédito orientado*, que considera a necessidade do microcrédito ser concedido de forma assistida pelo agente de crédito;
4. *O do crédito adequado ao ciclo do negócio*, que envolve a proporção de valores, prazos de pagamento e demais critérios que procuram atender à modalidade de negócio;
5. *O do baixo custo de transação e elevado custo operacional*, que fazem referência aos custos extras para a transação, indicando formas para colaborar com o empreendedor, como por exemplo, a proximidade do local, o mínimo de burocracias e a rapidez de entrega do crédito;
6. *O da ação econômica com forte impacto social*, dadas as consequências positivas na mitigação da pobreza destes indivíduos decorrentes da concessão deste empréstimo.

2. QUALIDADE DE VIDA

A discussão do conceito da qualidade de vida tem dominado agenda de várias organizações internacionais com destaque a Organização das Nações Unidas (mais adiante, ONU). No trabalho desenvolvido por Souza (1982) o autor aborda que a qualidade de vida abrange a distribuição dos bens de cidadania ou seja, os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga ser essenciais.

Albouy *et al.* (2010) explicam que o conceito de “qualidade de vida” é muito mais abrangente do que o padrão de vida ou as despesas com o estilo de vida, pois, tem em conta o grau de conforto no local de trabalho, as condições de saúde, alimentação, habitação, o grau de integração social e a educação.

Corroborando com perspectiva acima, a ONU complementa que qualidade de vida está relacionada à satisfação do cidadão, no que diz respeito ao acesso à alimentação, aos serviços de saúde e seguro de vida, ao conhecimento, as boas condições de trabalho, à segurança contra o crime e contra a violência física, ao lazer e à participação nas atividades econômicas, culturais e políticas da comunidade. Dessa maneira, qualidade de vida é entendida como um bem ou



produto essencial à satisfação das necessidades do cliente, seja este um indivíduo ou uma comunidade, (Ferreira, 1995).

Operacionalmente, a qualidade de vida dos tomadores de crédito será medida pela melhoria dos serviços de saúde, habitação, alimentação, educação e transporte. As “melhorias na saúde” medem a percepção ou capacidade dos tomadores de crédito para realizar consultas periódicas e comprar medicamentos. As “melhorias na habitação” medem a percepção dos inquiridos sobre aquisição ou construção de moradia e apetrechamento da residência. As “melhorias na alimentação” referem-se ao número de refeições que a família tem por dia. As “melhorias na educação” referem-se ao número de filhos com idade escolar que frequentam o ensino público ou privado e, por fim, as “melhorias no transporte” referem-se aquisição de viatura ou a disponibilidade de valores definidos para o transporte. (Albouy *et al.*, 2010; Jafree & Ahmad, 2013).

3. CONTRIBUTO DO MICROCRÉDITO NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

O microcrédito tem-se afirmado como um dos instrumentos mais relevantes para a promoção do desenvolvimento económico e social das camadas mais desfavorecidas, especialmente em contextos onde o acesso ao crédito convencional é limitado.

Estudos de casos iniciais conduzidos pelo Grameen Bank verificaram o amplo impacto do microcrédito em auxiliar empreendedores e indivíduos a sair do ciclo vicioso da pobreza; no entanto, demonstram que a iniciativa de microcrédito pode ser mais eficaz para as mulheres do que para os homens, sendo também este fator considerado o mais importante na determinação do pagamento do empréstimo e da produtividade. O que de certa forma demonstra que mulheres tendem a alocar recursos de maneira mais eficiente para o bem-estar familiar, (Fayyaz e Khan, 2021). Há, portanto, convergência com a posição do autor anterior, enquanto Kumar (2015) complementa ao destacar que, o envolvimento das mulheres na tomada de decisões financeiras familiares pode levar a uma melhor qualidade de vida e a uma ascensão social mais rápida a longo prazo. Seguindo a mesma tendência das pesquisas em Bangladesh, Chemin (2008) aplicando a técnica de pareamento por score de propensão constatou que o acesso ao microcrédito tem um impacto positivo nas despesas, na oferta de mão de obra e na matrícula escolar.

Essa visão é reforçada pelo estudo mais popular nesta área realizada por Pitt e Khandker (1998) sobre o impacto das microfinanças em Bangladesh, utilizando dados de pesquisas



domiciliares de 1991-92; os autores concluíram que o acesso a microfinanças aumenta o gasto com consumo em famílias desfavorecidas.

Yunus (2001), reforça a ideia ao defender que, o microcrédito não é apenas um instrumento de acesso ao crédito, mas para melhoria das condições sociais e familiares, assim como as condições da família. Deste modo, com a implementação eficaz do microcrédito espera-se a interrupção da transferência da pobreza entre gerações.

Portanto, fica evidente que a literatura sobre microfinanças apresenta resultados mistos. Contudo, diferentes abordagens foram utilizadas para chegar a conclusões distintas e, em alguns casos, as mesmas abordagens foram usadas como extensão de estudos anteriores.

3.1. Experiências internacionais: os casos de Bangladesh, Nigéria e Vietname

Esta secção visa entender a eficácia do microcrédito no Bangladesh, Nigéria e Vietname com a finalidade de obter possíveis subsídios para o nosso estudo. Deve referir-se que estes países foram considerados para a análise comparativa que nos propusemos realizar tendo em conta que, por um lado, as suas características se assemelham a Angola e, por outro lado, o sucesso que têm obtido na implementação do programa de microcrédito.

a) O microcrédito no Bangladesh

Segundo o portal da Autoridade Reguladora do Microcrédito do Bangladesh - MRA, o programa de microcrédito no Bangladesh é operacionalizado por 576 entidades financeiras bancárias e não bancárias, entre as quais ONGs, bancos comerciais de capitais públicos e por bancos de capitais privados (incluindo o Grameen Bank), assim como por programas especializados de alguns ministérios do governo de Bangladesh. O setor de microfinanças tem uma carteira de crédito de cerca de 3.2 mil milhões de dólares, para um universo de 35 milhões de clientes, dos quais 8.4 milhões (24%) são clientes do Grameen Bank.

De acordo com Yunus (2003), em 1976, o então professor de economia da Universidade de Chittangong, no sudeste do Bangladesh fundou o Grameen Bank no Bangladesh, país com 145 milhões de habitantes, o mais populoso por quilómetro quadrado, onde a esmagadora maioria das pessoas é muito pobre (Yunus, 2003). Atualmente, o banco tem 24 mil colaboradores, mais de oito milhões de clientes e accionistas, pois, cada cliente é acionista do banco, sendo 500 milhões de dólares de empréstimos, 97% dos quais atribuídos a mulheres 25.7% dos recursos do banco são provenientes dos clientes pobres. Ou seja, apenas o Grameen Bank cede microcréditos para cerca de 24% da população que beneficia das microfinanças em todo o país.



A experiência de Bangladesh tem a característica de a maioria dos clientes serem mulheres. A prática tem demonstrado que, de um modo geral as mulheres são melhores pagadores do que os homens (Robinson, 2001).

Quanto ao impacto social no país, ao longo dos últimos 20 anos, o Grameen Bank contribuiu para melhorar o nível de vida dos seus clientes. Como resultado, todas as crianças dessas famílias passaram a frequentar a escola. Estima-se que com o contributo do Grameen Bank, durante a década de 90 a pobreza reduziu-se em 10% no Bangladesh. Do ano 2000 a 2005, assistiu-se a uma igual taxa de redução da pobreza, contando com uma média de redução anual de 2%. A taxa de natalidade caiu de 5,6 para 3,5 de nascimentos por mil habitantes. As mulheres do país, outrora cidadãs de segunda classe, ganharam dignidade a elevação da sua auto-estima, a inclusão em patamares de educação, o acesso ao consumo e a auto-confiança (Yunus, 2003).

b) O microcrédito na Nigéria

A Nigéria é um exemplo perfeito de dinâmica a ser observado. Sendo a maior e uma das economias mais desiguais da África, o país possui tanto um setor de microfinanças próspero quanto uma cultura de desigualdade de gênero sem acesso a recursos produtivos. O Banco Central da Nigéria (CBN, 2018) afirma que mais de 40% dos adultos têm acesso a pelo menos um serviço financeiro. No entanto, as mulheres são extremamente sub-representadas como titulares de contas bancárias formais e tomadoras de empréstimos. Para abordar esta questão, um sistema de microfinanças composto por instituições de microfinanças (FMI), cooperativas e grupos de poupança rotativa foi implementado para suprir a lacuna de crédito para mulheres empreendedoras. O efeito dessas intervenções é inconsistente na pesquisa empírica. Estudos iniciais de Olaleye (2012) descobriram que programas de microcrédito com cooperação promoveram o acúmulo de renda e riqueza de mulheres em negócios no sudoeste da Nigéria. Os mesmos benefícios foram descritos por Ene e Inemesit (2015), que correlacionaram a participação em microfinanças com o autoemprego e maior bem-estar. Esses trabalhos foram utilizados para reforçar a hipótese de que o acesso ao financiamento em pequena escala pode ser utilizado para promover a inclusão econômica.

Mas, estudos posteriores trouxeram excelentes resultados. Adebisi (2020) declarou que o microcrédito não só aumentou a liquidez entre os comerciantes, mas também revelou que a maioria dos empreendimentos comerciais se limitava a setores de baixo valor acrescentado, como a venda de alimentos ou o pequeno comércio. Esta tendência indica uma limitação organizacional em termos de rentabilidade e escala. Dachi e Kasztelnik (2024) também observaram que a integridade institucional e a governação local são cruciais para a



sustentabilidade dos programas de microfinanças. Entretanto, o ganho líquido dos comerciantes ainda é corroído pelos sistemas de deficiente monitorização, desembolso politizado de empréstimos e taxas de juros superiores a 30%.

c) O Microcrédito no Vietname

De acordo com a APEC⁴ (2011) o Vietname possui um dos mais extensos sistemas de microcrédito no mundo, integrando três tipos de operadores, sendo os operadores formais, os semiformais e os informais.

Diferentemente de outros países que também apresentam profundas penetrações de microfinanças tal como o Bangladesh, Indonésia e Índia, onde a atividade de microcrédito é exercida por instituições financeiras não governamentais, no Vietname as instituições de microfinanças são essencialmente controladas e subsidiadas pelo governo (MFV⁵, 2014) coexistindo com as novas iniciativas de ONG que começam a atuar no mercado.

Segundo a APEC (2011) o governo é influenciado por muitas figuras de influentes no Vietname que acham que as pessoas pobres não poderão sustentar-se com o microcrédito não subsidiado, e nestes termos os subsídios são atribuídos por razões sociais. Outrossim, referem também que os microcréditos não subsidiados que procuram sustentabilidade comercial não trazem benefícios suficientes aos pobres. Como resultado, a provisão de microcrédito para os pobres é grandemente subsidiada, especialmente através de subsídios aos juros, o que custa aos cofres do governo cerca de duzentos milhões de dólares por ano.

Entretanto, o microcrédito não subvencionado é duas ou três vezes mais caro que os empréstimos bancários, além de contar com as “gasosas” para influenciar a tramitação do empréstimo e as despesas não oficiais. Dados recolhidos oficialmente indicam, 46% dos pobres receberam crédito social. Olhando para os objetivos que visam as microfinanças, o Vietname fez grandes progressos embora seja ainda incerto o montante de subsídios atribuídos, (Santos, 2014).

Portanto, a APEC (2011) indica ainda que a pobreza no Vietname reduziu de 58% em 1993 para 14,5% em 2008. Embora, a exigência segundo a qual apenas homens podiam solicitar empréstimos é certamente desvantajoso para muitas mulheres, pois, tradicionalmente, os documentos de registo de propriedades e títulos de terras são passados em nome do esposo. Recentemente o governo estipulou que o nome da esposa seja incluído no título de terras. Assim, o Vietname experimentou avanços no que tange à participação de mulheres em atividades

⁴ APEC: Cooperação Económica Ásia-Pacífico

⁵ MFV: Ministério das Finanças do Vietname



económicas e igualdade do género. A esperança de vida cresceu para ambos os géneros, sendo 69 anos para homens e 73 para mulheres.

Ao analisarmos a operacionalização do microcrédito nos países acima, constataram-se pontos divergentes e convergentes, em Bangladesh o microcrédito é operacionalizado por entidades financeiras bancárias e não bancárias, com destaque as ONGs, bancos comerciais de capitais públicos e privados, assim como por programas especializados de alguns ministérios do governo. Constatou-se também a experiência de Bangladesh tem a característica de a maioria dos clientes serem mulheres. De forma divergente, na Nigéria, apesar de mais de 40% dos adultos terem acesso a pelo menos um serviço financeiro, as mulheres são extremamente sub-representadas como titulares de contas bancárias formais e tomadoras de empréstimos. Observou-se também que na Nigéria a maioria dos empreendimentos comerciais se limita a setores de baixo valor acrescentado, como a venda de alimentos ou o pequeno comércio. Por fim, diferente da Nigéria, no Vietname, as instituições de microfinanças são essencialmente controladas e subsidiadas pelo governo onde existe a exigência segundo a qual apenas homens podem solicitar empréstimos porque tradicionalmente os documentos de registo de propriedades e títulos de terras são passados em nome do esposo.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Nesta secção apresentam-se os procedimentos metodológicos que orientaram a realização do estudo. De acordo com Tamo (2012), a metodologia de investigação compreende o conjunto de operações intelectuais e técnicas utilizadas para alcançar os objetivos definidos. No que se refere à abordagem da pesquisa, o estudo adoptou uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa). A componente quantitativa permitiu o tratamento estatístico dos dados recolhidos, enquanto a qualitativa possibilitou a interpretação das percepções dos respondentes sobre a sua qualidade de vida. Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de um estudo descritivo, uma vez que procurou descrever as características dos tomadores de microcrédito e analisar a sua percepção sobre as mudanças nas suas condições de vida.

Relativamente ao método de investigação, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, que permitiu partir de uma ideia geral — de que o microcrédito contribui para a melhoria da qualidade de vida — para a análise de um caso específico, nomeadamente os clientes da Kixicrédito S.A., agência de Cabinda. Este método também orientou a formulação das hipóteses e o desdobramento dos objectivos geral e específicos. Adicionalmente, recorreu-se ao método



estatístico para o tratamento dos dados quantitativos, permitindo a análise de frequências, percentagens e padrões de resposta.

No que diz respeito às técnicas de recolha de dados, foram utilizadas a entrevista estruturada e a análise documental. A entrevista estruturada foi composta por perguntas fechadas e algumas abertas, organizadas em duas secções: (i) caracterização socioeconómica dos respondentes e (ii) avaliação da percepção sobre a melhoria da qualidade de vida após o acesso ao microcrédito. A análise documental incidiu sobre relatórios, artigos científicos e documentos institucionais relevantes para o enquadramento teórico do estudo. O instrumento de recolha de dados (roteiro de entrevista) foi elaborado com base na literatura existente e submetido a uma validação prévia por meio de um pré-teste aplicado a um pequeno grupo de respondentes com características semelhantes às da amostra. Este procedimento permitiu ajustar a clareza, coerência e pertinência das questões.

A pesquisa foi delimitada espacialmente à agência da Kixicrédito na cidade de Cabinda e temporalmente ao período de 29 de setembro a 30 de outubro de 2025. A população-alvo foi composta por tomadores de microcrédito da referida instituição, incluindo clientes activos e aqueles que beneficiaram do crédito nos últimos 10 anos. A amostragem foi do tipo não probabilística por conveniência, integrando 100 respondentes que aceitaram participar voluntariamente, seleccionados com base na sua disponibilidade e no acesso autorizado pela instituição. Reconhece-se, contudo, que este tipo de amostragem apresenta limitações, nomeadamente a impossibilidade de generalização dos resultados para toda a população, podendo introduzir vieses de selecção.

Para a avaliação da qualidade de vida, foram definidos indicadores agrupados em seis dimensões: condições do negócio, habitação, saúde, educação, transporte e alimentação. Cada dimensão foi operacionalizada por meio de variáveis observáveis obtidas nas entrevistas. O critério de considerar melhoria quando mais de 50% dos respondentes reportam mudanças positivas foi adoptado como referência prática de maioria simples, sendo utilizado em estudos descritivos para identificar tendências predominantes. Ainda assim, reconhece-se que este ponto de corte possui carácter convencional, devendo os resultados ser interpretados com cautela. No que se refere aos procedimentos éticos, garantiu-se o consentimento informado dos participantes, assegurando o anonimato, a confidencialidade das respostas e a utilização dos dados exclusivamente para fins académicos.

Por fim, no levantamento bibliográfico, foram priorizados livros e artigos científicos publicados em editoras nacionais e internacionais de ampla circulação, incluindo estudos



recentes e relevantes para o tema, tais como Fayyaz e Khan (2021), Kumar (2015), Albouy *et al.* (2010), Jafree e Ahmad (2013) e Yunus (2001), entre outros.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

I. Caracterização da Kixicrédito

A Kixicrédito é uma instituição financeira não bancária angolana especializada em microcrédito, licenciada pelo BNA em 2008, ao abrigo da Lei n.º 13/05, de 30 de setembro - Lei das instituições financeiras. Foi fundada em 1999 pela ONG Development Workshop, tendo posteriormente se tornado autónoma com sede em Luanda e com representação em todo território nacional.

Dedica-se a trabalhar com mulheres e homens que têm pequenas iniciativas econômicas na perspectiva de ceder pequenos financiamentos nos termos da lei, a fim de potenciar a atividade destes parceiros, através da concessão de diferenciados produtos de crédito. Para os seus clientes ativos a Kixicrédito oferece créditos para vários segmentos desde o comércio, serviços, produção e o adiantamento de salário, sendo disponibilizados nas áreas urbanas, peri-urbanas ou rural. Dentre os produtos de Crédito da Kixicrédito destacam-se KixiNegócio, KixiValor, KixiFácil, KixiTáxi, KixiAgropesca e KixiSolar.

II. Generalidades sobre agência Cabinda

Localizada no município sede da província de Cabinda, concretamente na Rua das Mangueiras, agência conta com 6 colaboradores; destes, um gerente, quatro oficiais de crédito e uma operadora de caixa. Atualmente, a instituição atua em quase todos os municípios configurando-se como uma das maiores instituições de microcrédito a nível da província.

a) Operacionalização

Os colaboradores da Kixicrédito, denominados por “oficiais de crédito e/ou assistentes de microfinanças”, são capacitados sobre a matéria e deslocam-se pelos mercados, bairros, comunas, municípios e atuam de acordo com os produtos que oferecem. Os clientes são recrutados com a disseminação de informação (boca-a-boca) pelos agentes, captadores, promotores assim como pelos clientes mais antigos.

Os “oficiais de crédito e/ou assistentes de microfinanças” possuem muita experiência e, com base nisso, ganham confiança dos clientes o que resulta no pagamento dos créditos, pontualmente e quase totalidade. A adesão a Kixicrédito é condicionada à existência de um negócio em funcionamento com pelo menos um ano de atividade. Após a entrega do crédito é obrigatório que o oficial de crédito e/ou assistente de microfinanças visite o negócio para



constatar que: a) o cliente está no local declarado, e b) o dinheiro emprestado está a ser investido no negócio declarado.

b). Vantagens do microcrédito concedido pela Kixicrédito S.A

Nomeiam-se como vantagens em obter créditos na Kixicrédito, em comparação com as instituições bancárias, as seguintes:

- i. Rapidez de obtenção de crédito, sendo disponibilizado, no máximo, 14 dias após a assinatura do contrato;
- ii. Não é obrigatório ser utente de Bilhete de Identidade – o Kixicrédito aceita como documentos, cartão eleitoral, cartão da comissão de moradores ou da igreja;
- iii. Contato entre os oficiais de crédito e os clientes, possibilitando os clientes obterem conhecimentos e experiências de gestão de negócios.

5.1. Análise e Discussão dos Resultados

Nesta secção apresentou-se os resultados dos inquéritos dirigidos aos tomadores de crédito da Kixicrédito da Agência Cabinda. Assim, a primeira parte mostra o perfil dos instados em quatro aspectos, género, faixa etária, estado civil, nível de instrução e, a segunda, mostra o contributo do microcrédito na melhoria da qualidade de vida.

i. Perfil socioeconómico

Tabela 1. Faixa etária dos tomadores de crédito por género

Faixa Etária	Género				Total geral	
	Masculino		Feminino			
	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Até 20 anos	0	0	0	0	0	0
21- 29 anos	7	7	11	11	18	18
30 – 39 anos	12	12	25	25	37	37
40 - 49 anos	16	16	13	13	29	29
50 – 59 anos	6	6	7	7	13	13
60 anos ou mais	2	2	1	1	3	3
Total	43	43	57	57	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Os dados da Tabela 1 evidenciam que a maioria dos tomadores de crédito se concentra nas faixas etárias entre 30–39 anos (37%) e 40–49 anos (29%), ou seja, em plena idade economicamente activa. Observa-se igualmente uma predominância do sexo feminino (57%) em relação ao masculino (43%).

Mais do que um dado descritivo, este resultado aponta que o microcrédito tem sido particularmente relevante para mulheres em idade produtiva, grupo frequentemente associado a

atividades informais e estratégias de sustento familiar. Este achado reforça a literatura que destaca maior envolvimento feminino na gestão de recursos orientados ao bem-estar do agregado familiar (Fayyaz & Khan, 2021).

Tabela 2. Nível académico dos tomadores de crédito

Nível académico	Total geral	
	Fr	%
Pós-Graduação		
Ensino superior completo	3	3
Ensino superior incompleto	1	1
Ensino médio completo	26	26
Ensino médio incompleto	17	17
Ensino básico completo	30	30
Ensino básico incompleto	17	17
Não alfabetizado	6	6
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

A distribuição do nível académico dos instados revela que 30% possuem ensino básico completo, 26% ensino médio, 17% ensino básico e médio incompleto, 6% não alfabetizado, 3% ensino superior e 1% ensino superior incompleto. Estes dados alinham-se com o perfil dos empreendedores populares, caracterizados por habilidades práticas, aprendizagem empírica e redes de apoio informal. Essa realidade também é visível no contexto angolano, onde grande parte dos tomadores de crédito possui apenas escolaridade básica.

Do ponto de vista analítico, este dado mostra que o acesso ao crédito não depende necessariamente de elevada qualificação, mas também levanta a necessidade de políticas complementares de capacitação, sobretudo em gestão e educação financeira.

Tabela 3. Estado civil dos tomadores de crédito

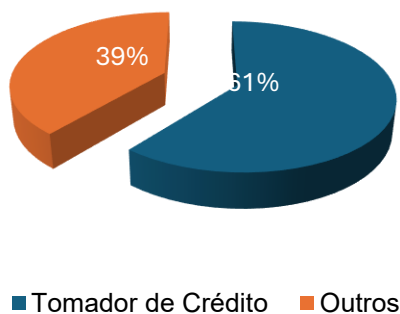
Estado Civil	Género				Total geral	
	Masculino		Feminino		Fr	%
	Fr	%	Fr	%		
Solteiro (a)	15	15	21	21	36	36
Casado (a)	1	1	1	1	2	2
União Estável	27	27	30	30	57	57
Divorciado (a)	0	0	0	0	0	0
Viúvo (a)	0	0	5	5	5	5
Total	43	43	57	57	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Relativamente ao estado civil dos tomadores de crédito, dados da tabela 3 revela que 57% dos inquiridos vivem em união estável, 36% solteiros, 5% viúvas e 2% casados.

Sabe-se que o estado civil influencia o padrão de gastos e a propensão para poupar e investir (Nessa, 2011). Neste sentido, a predominância de tomadores de crédito em união estável indica maior responsabilização financeira face à manutenção do agregado o que reforça a importância do microcrédito enquanto ferramenta de estabilidade económica familiar.

Gráfico 1. Principal Provedor de Casa



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

O gráfico 1 revela que 61% dos tomadores de crédito são os principais provedores de casa ao passo que 39% não. Uma análise comparativa com os dados da tabela 1 que demonstra (57%) dos tomadores de crédito são mulheres, permite-nos aferir o crescimento do papel da mulher como provedora do lar. Estando em consonância com os argumentos defendidos por Kumar (2015), que o envolvimento das mulheres na tomada de decisões financeiras familiares pode levar a uma melhor qualidade de vida e a uma ascensão social mais rápida a longo prazo.

ii. Contributo do microcrédito na melhoria da qualidade de vida

Tabela 4. Número de Créditos Solicitados

Opções	Fr	%
Um	33	33
Dois	39	39
Mais de 2	28	28
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.



Os dados da tabela 4 mostram que 39% dos instados solicitaram dois créditos, 28% mais dois e 33% solicitaram apenas um. A elevada reincidência revela confiança institucional e continuidade de investimentos. O ciclo contínuo de crédito (67%) indica que o microcrédito gera impactos concretos nos tomadores de crédito da agência Cabinda e que impulsionam reinvestimento e expansão do negócio (ver tabela 8).

Tabela 5. Condições do Crédito (taxa de juros e prazo)

Opções	Fr	%
Excelentes	3	3
Boas	6	6
Razoáveis	56	56
Más	35	35
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Relativamente às condições de crédito (juros e prazos), 56% dos beneficiários consideram razoáveis, 35% consideram más, 6% consideraram boas e 3% consideraram excelentes. Esse nível de aceitação (65%), é explicado pela exclusão bancária motivada pelas dificuldades de comprovação da renda e das garantias solicitadas que inibem o acesso ao crédito tradicional pela maioria das atividades informais. Assim, os tomadores priorizam rapidez, simplicidade documental e proximidade que as instituições de microcrédito oferecem.

Tabela 6. Finalidade da solicitação do Crédito

Opções	Fr	%
Completar o rendimento	4	4
Fortalecer o negócio	96	96
Para iniciar um negócio	0	0
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

No que concerne a finalidade da solicitação do crédito, os dados revelam que a finalidade é claramente produtiva, 96% dos inquiridos utilizaram o recurso para fortalecer negócios existentes e 4% para completar o rendimento. Esta predominância de uso produtivo é explicada por duas razões, primeiro, um dos critérios para concessão de crédito na Kixicrédito é que o projeto tenha pelo menos 1 ano de atividade (o que de certa forma explica o facto de nenhum

instado ter solicitado o crédito para iniciar um negócio), segundo o microcrédito concedido pela Kixicrédito não é para o assistencialismo⁶ mas sim, instrumento de investimento.

iv. Melhorias após adesão ao Microcrédito

Tabela 7. Situação do Negócio após Crédito

Opções	Fr	%
Melhorou	65	65
Continua no mesmo estágio	35	35
Piorou	0	0
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Relativamente a situação do negócio, os dados do tabela 7 indicam que 65% dos tomadores melhoraram os seus negócios e 35% não registaram alterações. A proporção de 35% de negócios sem progresso, contudo, merece atenção analítica, fatores como números de crédito solicitados (ver tabela n.º 4), choques económicos externos, insuficiência de capital inicial e descontinuidade geográfica da localidade em estudo podem explicar essa estagnação. Assim, mais do que apontar causas definitivas, os dados sugerem que o acesso ao crédito, por si só, pode não ser suficiente para garantir o crescimento dos negócios, sendo necessário o reforço de mecanismos complementares, como acompanhamento técnico e capacitação dos beneficiários.

Tabela 8. Melhorias no negócio

Opções	Fr	%
Aumentei o volume de negócio	61	61
Passou de informal para formal	1	1
Aumentei o número de trabalhadores	3	3
Sem melhorias	35	35
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Os dados indicam que 61% dos beneficiários aumentaram o volume de negócios, 3% contrataram mais trabalhadores, 1% passou de informal para formal e 35% não registou alteração. O aumento do volume de negócio é, portanto, o resultado mais expressivo, este cenário sinaliza um efeito multiplicador direto do microcrédito, o capital que amplia capacidade de compra, estoque e alcance de mais compradores.

⁶ Assistencialismo: prática de oferecer assistência pontual e paliativa a pessoas em situação de carência, sem atacar as causas estruturais do problema, apenas amenizando seus efeitos.

Tabela 9. Melhorias na Habitação

Opções	Fr	%
Continuo na mesma casa mas apetrechei ao meu estilo	38	38
Construí ou comprei casa própria	10	10
Arrendei uma casa melhor	22	22
Nada melhorou	30	30
Total	100	100

Fonte:

Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Segundo os respondentes, 70% registaram melhorias nas suas habitações; destes, 38% continua na mesma casa mas apetrecharam ao seu estilo, 22% arrendaram uma casa melhor e 10% construíram ou compraram uma casa melhor e 30% não registaram melhorias. Os 70% que registaram melhorias indicam que os ganhos provenientes da actividade económica podem estar a ser parcialmente canalizados para o bem-estar doméstico. Ainda assim, a persistência de 30% sem melhorias reforça a ideia de impacto desigual.

Tabela 10. Melhorias na Saúde

Opções	Fr	%
A família aderiu um seguro de Saúde	0	0
A família passou a fazer consultas periódicas	28	28
A família passou a tratar-se em clínicas privadas	20	20
Nada melhorou	52	52
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Relativamente à saúde, 52% não verificaram alterações, 28% passaram a realizar consultas periódicas e 20% recorreram a clínicas privadas; assim, 52% não apresentaram alguma mudança positiva o que constitui fato preocupante.

Neste sentido, leitura crítica dos dados mostra que, embora 48% tenha aumentado a utilização de serviços de saúde, mais da metade (52%) permanece sem acesso melhorado, o que evidencia limites do impacto económico sobre acesso a serviços. Isto significa de facto, que sem políticas públicas complementares (financiamento público, rede de cuidados), o microcrédito melhora a capacidade de pagamento, mas não garante cobertura total nem qualidade homogénea de serviços de saúde.

Tabela 11. Melhorias na Alimentação

Opções	Fr	%
Passamos para 2 refeições por dia	25	25
Passamos para 3 refeições por dia	37	37
Passamos a consultar um nutricionista	1	1
Acrescentamos lanches e frutas na nossa alimentação	4	4
Nada melhorou em termos de Alimentação	35	35
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Alimentação é um indicador sensível e de resposta rápida ao aumento de renda, priorizada pelas famílias e reflete redução imediata de vulnerabilidade. Os resultados apontam que 37% dos tomadores de crédito passaram para 3 refeições por dia, 33% sem melhorias verificadas, 25% passou para 2 refeições por dia, 4% acrescentou lanches e frutas na sua alimentação e 1% passaram a consultar um nutricionista.

Corroborando com dados acima, o estudo conduzido por Pitt e Khandker (1998) sobre o impacto das microfinanças em Bangladesh, utilizando dados de pesquisas domiciliares de 1991-92 concluíram que o acesso a microfinanças aumenta o gasto com consumo em famílias desfavorecidas. Isto posto, pode-se afirmar que existe uma relação diretamente proporcional entre o acesso ao crédito e o aumento dos gastos de consumo.

Tabela 12. Melhorias na Educação

Opções	Fr	%
Os menores de 5 anos entraram na creche	3	3
Maiores de 5 anos estuda na pública	51	51
Maiores de 5 anos estudam na privada por opção	38	38
Nada melhorou em termos de educação	8	8
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

Conforme os inquiridos, 89% relataram melhorias na educação dos filhos; destes, 51% continuam em escolas públicas e 38% passaram a frequentar escolas privadas, 3% os menores de 5 anos entraram na creche e apenas 8% não registaram melhorias. Tais resultados sustentam a premissa defendida por Chemin (2008) que aplicando a técnica de pareamento por escore de



propensão constatou que o acesso ao microcrédito tem um impacto positivo na matrícula escolar. Este resultado também aponta que o rendimento adicional está a ser investido no capital humano, embora o estudo não permita avaliar a qualidade do ensino ou os resultados educacionais.

Tabela 13. Melhorias na Mobilidade e transporte

Opções	Fr	%
Adquirir uma viatura unifamiliar	2	2
Não adquirir viatura mas existe valores definidos para transporte	68	68
Nada melhorou	30	30
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do inquérito dirigido aos tomadores de crédito 2025.

A mobilidade melhorou para 68% dos beneficiários (não adquiri viatura mas existe valores definidos para transporte), 30% mantiveram-se sem alteração e 2% adquiriram uma viatura unifamiliar. A melhoria na mobilidade, mesmo sem aquisição de viatura, revela maior facilidade de deslocação por parte dos tomadores de crédito para o exercício das suas atividades económicas e sociais. Este resultado indica um efeito indirecto do microcrédito, facilitando o acesso a mercados, serviços e oportunidades económicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre o microcrédito e seu contributo na melhoria da qualidade de vida dos tomadores de crédito da agência Cabinda foi conduzida pela seguinte questão central: de que forma o microcrédito concedido pela Kixicredito S.A., agência de Cabinda, contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus tomadores de crédito?

Como resposta prévia admitiu-se que o microcrédito concedido pela Kixicredito – Agência Cabinda contribui positivamente na qualidade de vida dos seus clientes ao gerar melhorias significativas nos indicadores económicos e sociais dos tomadores de crédito. O objetivo imposto e preconizado para esta pesquisa foi de analisar o contributo do microcrédito concedido pela Kixicredito – Agência Cabinda na melhoria da qualidade de vida dos tomadores de crédito. Após a pesquisa de campo subsidiada de modo teórico-prático pela revisão da literatura, chegou-se às seguintes ilações:



A faixa etária dos tomadores de crédito situa-se em idade produtiva com destaque de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos (ver tabela n.º 1), demonstrando que o microcrédito é predominante entre adultos economicamente ativos. Observou-se ainda uma expressiva predominância feminina (57% mulheres contra 43% homens), fato que confirma o protagonismo da mulher empreendedora na economia local e corrobora estudos internacionais que destacam o microcrédito como instrumento de empoderamento feminino. Relativamente ao nível acadêmico dos tomadores de crédito, verificou-se uma predominância de escolaridade básica (ver tabela n.º 2) o que reforça a necessidade de programas associados de literacia financeira e capacitação empreendedora.

Quanto ao estado civil, (57%) dos tomadores de crédito vivem em união estável, demonstrando que o acesso ao microcrédito tem impacto direto no sustento familiar. Ademais, (61%) dos tomadores de crédito são os principais provedores do lar, o que reforça a relevância socioeconômica do microcrédito como fonte de estabilidade e mobilidade social. No que diz respeito a finalidade de crédito, constatou-se que mais da metade dos tomadores solicitaram o crédito para o fortalecimento dos seus negócios e, numa segunda escala, para completar o seu rendimento (ver a Tabela n.º 6). Portanto, esses desideratos passam pela busca de novos créditos. Objetivo este que ficou evidenciado quando (67%) dos tomadores de crédito declararam terem solicitado dois ou mais créditos com a finalidade produtiva, (ver tabela n.º 7) o que certa forma explica as mudanças verificadas nas dimensões da qualidade de vida, são tais:

Negócio: 65% dos tomadores de crédito registaram melhoria no negócio (ver tabela n.º 7), com 61% reportando aumento do volume de negócio e evidências de início de formalização e expansão laboral, embora de forma pouco expressiva (ver tabela n.º 8); habitação: foi referida por 70% dos tomadores de crédito, com grande destaque (38%) dos instados que apetrecharam as suas casas ao seu estilo e 22% arrendaram uma casa melhor fato que indica uma evolução significativa no bem-estar material das famílias (ver tabela n.º 9). De forma divergente, a saúde apresentou padrões mistos (52%) não relataram mudanças significativas, enquanto (48%) acederam a serviços de saúde com maior frequência, sugerindo que o microcrédito melhora a capacidade de acesso, mas não substitui a necessidade de serviços públicos robustos (ver tabela n.º 10). No domínio da alimentação, (37%) dos inquiridos passaram a ter três refeições diárias, 25% duas refeições, 4% incorporaram maior diversidade alimentar, (ver tabela n.º 11). Na Educação, constatou-se que 89% melhoraram a situação educacional dos filhos, destes, 51% mantiveram-se no sistema público com melhores condições, 38% migraram para escolas privadas e 3% inscreveram filhos em creches, (ver tabela n.º 12). Por fim, na Mobilidade e Transporte observou-se que 68% melhoraram a mobilidade familiar, apesar de que apenas 2%



adquiriram viatura, no entanto, os demais tomadores declararam existir valores definidos para táxi, (ver tabela n.º 13).

Dessa forma, a análise dos dados empíricos evidencia que o microcrédito não elimina completamente as vulnerabilidades socioeconómicas dos tomadores de crédito, mas constitui um mecanismo fundamental de inclusão produtiva e melhoria da qualidade de vida dos tomadores, promovendo acesso à educação, alimentação e melhorias das condições habitacionais considerando assim apta e verificada a hipótese formulada para esta pesquisa.

O estudo apresenta limitações, nomeadamente o uso de amostragem por conveniência, que restringe a generalização dos resultados, a dependência de dados auto-reportados e a ausência de grupo de controlo, o que limita a análise de causalidade. Além disso, o recorte temporal e geográfico impede avaliar efeitos de longo prazo e noutras realidades. Assim, recomenda-se que futuras pesquisas utilizem amostras mais robustas, abordagens longitudinais, métodos comparativos e aprofundem dimensões como emprego, formalização dos negócios e autonomia económica dos beneficiários.

Sugestões

Com base nos resultados obtidos, recomenda-se que a Kixicrédito:

- i. Reforce os mecanismos de acompanhamento técnico aos tomadores de crédito, especialmente para o grupo que não registou melhorias nos seus negócios (35%), através de acções de mentoria, apoio à gestão e orientação na aplicação do crédito.
- ii. Considerando o baixo nível de escolaridade predominante, torna-se igualmente pertinente a implementação contínua de programas de educação financeira e capacitação empreendedora ajustados à realidade dos beneficiários.
- iii. Face aos resultados limitados no domínio da saúde, sugere-se a articulação entre o microcrédito e políticas públicas ou parcerias institucionais que promovam o acesso a serviços de saúde, de modo a ampliar os impactos sociais do financiamento.
- iv. No plano económico, recomenda-se a diversificação dos produtos de crédito, com montantes e prazos mais adequados às necessidades dos negócios, visando não apenas o aumento do volume de actividade, mas também a formalização e a geração de emprego.
- v. Por fim, atendendo à elevada participação feminina entre os beneficiários, recomenda-se o desenvolvimento de iniciativas específicas de apoio às mulheres empreendedoras, reforçando o seu papel na promoção do bem-estar familiar e no dinamismo económico local.



REFERÊNCIAS

ADEBISI, A. **Microfinance credit and micro enterprise development in the agricultural sub-sector of the Nigerian economy**. 2020.

ALBOUY, V.; GODEFROY, P.; LOLIVIER, S. **Measuring quality of life**. França: INSEE, 2010.

ANGOLA. **Lei n.º 13/05, de 30 de setembro – Lei das Instituições Financeiras**. Luanda, 2005.

APEC – ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION. **Promoting sustainable, market-based microfinance: Viet Nam case study and lessons learned for APEC economies**. 2011.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2026.

CBN – CENTRAL BANK OF NIGERIA. **Annual report: national financial inclusion strategy implementation**. 2018. Disponível em: <https://www.cbn.gov.ng/out/2019/ccd/annual%20report%202018%20financial%20inclusion.pdf>. Acesso em: 5 fev.

CHEMIN, M. **The benefits and costs of microfinance: evidence from Bangladesh**. *Journal of Development Studies*, v. 44, n. 4, p. 463–484, 2008.

COSTA, F. A. S. **Microcrédito como fomento para o desenvolvimento do empreendedorismo no Estado do Amapá: estudo de caso da Agência de Fomento do Amapá – AFAP**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

DACHI, A.; KASZTELNIK, K. **Building bridges: implementing governance for sustainability in microfinance banks of developing countries**. *Financial Markets, Institutions and Risks*, v. 8, n. 3, p. 1–16, 2024. DOI: [https://doi.org/10.61093/fmir.8\(3\).1-16.2024](https://doi.org/10.61093/fmir.8(3).1-16.2024).

ENE, E.; INEMESIT, U. **Impact of microfinance in promoting financial inclusion in Nigeria**. *Journal of Business Theory and Practice*, v. 3, n. 2, p. 1–16, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22158/jbtp.v3n2p139>.

FAYYAZ, S.; KHAN, A. **Impact of microfinance on quality of life, personal empowerment and familial harmony of female borrowers in Pakistan**. *Journal of Public Affairs*, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1002/pa.2614>.

HAO, Q. M. **Access to finance and poverty reduction: an application to rural Vietnam**. Tese (Doutoramento) – University of Birmingham, 2005.



JAFREE, S. R.; AHMAD, K. **Women microfinance users and their association with improvement in quality of life: evidence from Pakistan.** *Asian Women*, v. 29, n. 4, p. 73–105, 2013.

KUMAR, K. **Role of microfinance for improving quality of life.** *International Journal of Applied Engineering Research*, v. 10, p. 4136–4142, 2015.

LUEMBA, A. N.; CAPITA, F. L. **Economia informal e sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos quitandeiros dos mercados Alto das Rolas e Cabassango em Cabinda.** *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, v. 6, n. 12, e6127073, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i12.7073>.

MAHEDI, M. et al. **Micro-credit in Bangladesh: a comprehensive review.** *Asian Journal of Economics, Business and Accounting*, v. 25, n. 5, p. 1–18, 2025.

MFV – MINISTRY OF FINANCE OF VIETNAM. **Microfinances in Vietnam.** Asian Development Bank Institute, 2014.

MICROCREDIT SUMMIT. **International conference report.** Washington, DC, 2–4 fev. 1997.

MORAES, Z. S. et al. **O microcrédito como instrumento de desenvolvimento social e económico.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008. Anais [...]. Franca: Centro Universitário de Franca, 2008.

NESSA, T. **The impact of microfinance institutions on women empowerment in Rajshahi, Bangladesh.** 2011.

OLALEYE, Y. L. **Mobilization and empowerment of women towards micro-credit scheme in Akure, Nigeria.** *Lwati: A Journal of Contemporary Research*, v. 8, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/lwati/article/view/79512>. Acesso em: 5 maio 2026.

PITT, M. M.; KHANDKER, S. R. **The impact of group-based credit programs on poor households in Bangladesh.** *Journal of Political Economy*, v. 106, n. 5, p. 958–996, 1998.

PSICO, J. **A avaliação do desempenho social das instituições de microfinanças.** 2007. Tese (Doutoramento) – ISCTE-IUL.

RESEARCH REPORT. **Microfinance in LEDC.** JVOMUN, 2015.

ROBINSON, M. **The microfinance revolution: sustainable finance for the poor.** Washington: World Bank, 2001.



SANTOS, P. A. P. **Análise das estratégias de fomento do microcrédito: caso Ambriz, Bengo**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Agostinho Neto.

TAMO, K. **Metodologia de investigação em ciências sociais**. Luanda: Capatê, 2012.

VENTURA, E. C. **A evolução do crédito: da antiguidade aos dias atuais**. Curitiba: Juruá, 2008.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

YUNUS, M. **Microcrédito: a experiência do Grameen Bank**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

YUNUS, M. **Halving poverty by 2015: we can actually make it happen**. *The Round Table*, v. 92, n. 370, p. 363–375, 2003.

YUNUS, M. **Creating a world without poverty**. New York: Public Affairs, 2007.

YUNUS, M. **Banqueiro dos pobres**. Coimbra: Difel, 2008.